

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Confia desconfiando

No governo federal, a avaliação é que a poeira da crise de confiança entre o Planalto e parte dos militares, gerada a partir dos ataques de 8 de janeiro, vai custar a baixar. A exoneração de 40 integrantes das Forças Armadas que serviam no Alvorada é citada nos bastidores como mais uma prova de que o clima não está bom.

E o Anderson, hein?

Não deve entregar ninguém. Vai manter a linha da defesa de que estava fora do país. O problema é que, sem entregar o celular, vai ficar difícil. Há quem diga que há, inclusive, vídeos em que ele aparece ao lado do presidente Jair Bolsonaro nos Estados Unidos. Só tem um probleminha: Bolsonaro viajou várias vezes aos EUA em seu governo. Portanto, a gravação pode ser antiga.

A briga por protagonismo

Em campanha para a reeleição, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o da Câmara, Arthur Lira, já têm contratado o primeiro embate para fevereiro. Lira fez chegar ao Planalto que a reforma tributária deve ser votada, primeiramente, pelos deputados.

Cheguei primeiro

Pacheco, por sua vez, tem dito a aliados que a proposta está mais adiantada no Senado. Mas, o presidente do MDB, Baleia Rossi, já começou a conversar com a equipe do Ministério da Fazenda. Segundo aliados, é no sentido de fortalecer a posição da Câmara.

Governo federal e GDF buscam novo secretário

Paralelamente às punições pelos atos de vandalismo e terror em 8 de janeiro, as autoridades começam a buscar quem ocupará a Secretaria de Segurança do Distrito Federal. A tendência, hoje, é nomear Claudio Tusco, delegado da Polícia Federal. Tusco esteve cotado para dirigir a corporação, mas o escolhido foi Andrei Rodrigues. Ele é ligado ao PT, tem a confiança do partido e, por tabela, do presidente Lula, e já atuou na Secretaria de

Segurança Pública do DF como assessor, no governo Agnelo Queiroz. É o nome mais forte hoje.

A governadora em exercício, Celina Leão, já avisou ao governo federal que a escolha será feita em comum acordo e que não vai se opor a sugestões. O momento, aliás, é de pacificação. Ninguém hoje tem interesse em queda de braço, sabendo que ainda há risco de ataques em Brasília e no Brasil como um todo. Afinal, há muitos radicais à solta.



CURTIDAS

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Arthur em campanha/ Embora seja favorito para mais dois anos no comando da Câmara, Arthur Lira (foto) pedirá votos para todos os deputados que puder. Começou com um café com a bancada do Acre, em que nenhum deputado foi reeleito. Depois, foi a vez de Roraima, terra de Jhonatas de Jesus, candidato à vaga para o Tribunal de Contas da União.

O relógio "causou"/ Ao reparar que o relógio destruído no Palácio do Planalto marcava 1h30, grupos bolsonaristas no WhatsApp tentaram passar a ideia de que a depredação teria ocorrido antes da invasão. As câmeras de segurança, porém, registraram a quebra de vidro às 15h43. No Planalto, explica-se por que o relógio marcava horário diverso do real. É que estava faltando uma peça para que ele pudesse funcionar a contento.

Veja bem/ Ainda no governo Bolsonaro, houve planos de levar o relógio para a França, para conserto, mas o pessoal do Planalto ficou com medo de que aquela precisidade fosse trocada. E, de todo o modo, sairia muito caro.

Janja pesquisa/ A primeira-dama andou pelo CasaPark nesta semana, olhando móveis. Entrou, inclusive, nas lojas mais caras, como as que o senador Flávio Bolsonaro visitou para comprar peças da casa dele, no Jardim Botânico.



Anderson Torres sob pressão

Preso desde sábado em uma unidade da PM, ex-ministro recebe a visita de um psiquiatra enquanto aguarda a hora de depôr

» HENRIQUE LESSA

O ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, deve ser ouvido hoje no inquérito que investiga o atentado contra as sedes dos Três Poderes da República, no último dia 8. A informação de fontes da Polícia Federal indicam que o delegado que comanda a investigação, Alexandre Camões Bessa, deve tomar o depoimento do ex-ministro no 4º batalhão da Polícia Militar no Guará, em Brasília, onde ele permanece preso desde que retornou dos Estados Unidos, no sábado. A visita que Torres recebeu, ontem, na prisão, por quase cinco horas, do advogado Rodrigo Henrique Roca Pires, que comanda a defesa do ex-ministro, reforça a expectativa de que ele preste depoimento hoje.

Anderson Torres conta com mais profissionais na equipe de defesa, como o advogado

criminalista e ex-senador Demóstenes Torres que, na semana passada, confirmou que trabalharia de forma voluntária para o ex-ministro. Demóstenes não foi localizado, ontem, em Brasília.

Para especialistas, a marcação de oitivas pela polícia depende apenas da conveniência da investigação, mas, segundo informações da PF, o agendamento aguarda uma sinalização do ministro Alexandre de Moraes, que preside o inquérito dos atos antidemocráticos no Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar da expectativa de que o ex-ministro seja ouvido hoje, há quem aposte na possibilidade de a oitiva ser marcada para outro dia, estendendo o isolamento de Torres, o que aumentaria a pressão para que ele revele o que sabe sobre a organização dos atos antidemocráticos e, principalmente, da minuta de intervenção do Executivo na Justiça Eleitoral, encontrada

Valter Campanato/Agência Brasil



Anderson Torres deve prestar depoimento no Batalhão da PM no Guará, onde está preso desde sábado

na casa dele, na semana passada, em uma operação de busca e apreensão. O teor do documento

foi considerado golpista por especialistas em direito constitucional por propôr a intervenção

de um Poder em outro.

Sinal desse isolamento foi o atendimento que Torres recebeu

ontem de um psiquiatra da Secretaria de Saúde do DF, que esteve nas instalações da PM em que o ex-ministro está preso. O profissional de saúde foi solicitado pelo próprio ex-ministro.

Outro fator que pode complicar a situação de Torres é a determinação feita ontem pelo ministro-corregedor da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves, para que o ex-presidente Jair Bolsonaro se manifeste em três dias sobre a minuta do golpe.

A defesa do governador afastado do DF, Ibaneis Rocha (MDB), não teme o depoimento de Torres, que foi renomeado para o cargo de secretário de Segurança local após o término do governo Bolsonaro. Segundo o advogado Cleber Lopes, no depoimento voluntário que deu à Polícia Federal, Ibaneis "não fez nenhuma acusação direta" a Anderson Torres. "O governador não defende, mas também não acusa o secretário", disse o advogado.

Bolsonaro entre a prisão e a inelegibilidade

» KELLY HEKALLY
Especial para o Correio

O possível envolvimento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas ações de extremistas deste mês o deixam vulnerável juridicamente, segundo fontes ouvidas pelo Correio — uma do Supremo Tribunal Federal (STF) e outra do Grupo Prerrogativas, ligado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Enquanto (Bolsonaro) não for condenado, existe a presunção de inocência. Mas, como há uma investigação

e, futuramente, após recebida a denúncia, uma ação penal, se ele praticar algum ato que simbolize uma fuga, destruição de provas ou continuidade na prática de crimes, ele poderá ser preso preventivamente", explicou uma das fontes.

Tramita no STF um pedido de habeas corpus (HC) preventivo, ou seja, de liberdade antecipada para evitar a prisão caso um mandado nesse sentido seja expedido. A relatoria está com o ministro Ricardo Lewandowski, que, até a noite de ontem, não havia proferido

decisão. A reportagem apurou que a tendência é o ministro se valer de uma súmula e de uma jurisprudência da Corte para negar o pedido, que deixaria o caminho livre para uma eventual prisão do ex-presidente da República.

A outra fonte ouvida acredita que a inelegibilidade de Bolsonaro ainda não foi decretada por cautela do Judiciário, que evita adotar uma medida com potencial de alimentar o discurso de vitimização do ex-presidente diante de seus apoiadores. "Não vejo outra saída

para o país que não a inelegibilidade de Bolsonaro e que ele seja responsabilizado civil e criminalmente por ter incentivado" os atos golpistas. "Se ficar comprovado que ele tem qualquer participação nos atentados contra o Estado de Direito e as instituições, ou mesmo na tentativa de destituição do presidente eleito por uma via não eleitoral, ele pode e deve responder com prisão, cabendo, inclusive, a (prisão) preventiva se houver risco de fuga, à ordem pública e às investigações."

O isolamento político de Bolsonaro, que permanece nos Estados Unidos, também enfraquece a base de apoio parlamentar do ex-presidente. Políticos do PL ouvidos pela reportagem se dividem sobre a possibilidade de mantê-lo como principal líder da oposição ao petismo. Primeiro vice-presidente da Câmara, Lincoln Portela (PL-MG) afirma que o presidente da agremiação, Valdemar Costa Neto, "é um homem de palavra" e que só deixará de apoiar Bolsonaro se ele "não quiser ser auxiliado".

Evaristo Sa/AFP



Bolsonaro está sob investigação por suspeita de estimular golpe